

Boletim Número 16**Data: Janeiro-Fevereiro/2003****EDITORIAL**

O décimo sexto número do Boletim PROEALC surge em um momento histórico decisivo para a América Latina, quando a tão propalada ALCA continua sendo divulgada como uma imposição inevitável dos EUA, e não como uma opção soberana dos povos da região, tanto por intermédio de nossa imprensa colonizada como a partir dos porta-vozes do governo estadunidense, como o Sr. Robert Zoellick, chefe do escritório de comércio dos EUA, que a alguns meses atrás afirmou ofensivamente que o Brasil não teria outra opção senão atrelar-se à ALCA, do contrário, só restaria ao país fazer comércio “mais ao sul, com a Antártida”.

Apesar das recentes declarações do governo brasileiro que fazem crer a questão será tratada levando-se em conta os interesses nacionais e a vontade soberana do povo brasileiro, a pressão internacional permanece grande para que a ALCA opere já partir de 2005, como deseja o governo Bush. Como já destacamos em números anteriores, a necessidade de apressar a implantação do Bloco, evitando quaisquer debates mais aprofundados, explica-se pelo objetivo dos EUA de neutralizar todas as políticas protecionistas e desenvolvimentistas ao sul do Rio Grande e evitar um possível fortalecimento do MERCOSUL, que, fora de sua influência, reivindica princípios de protecionismo comercial e financeiro, atendendo aos interesses dos membros sul-americanos.

Desse modo, nesta edição, apresentamos um artigo - e com ele, uma denúncia - de extrema importância, tendo em vista que demonstra claramente o que significaria uma eventual ALCA para os povos latino-americanos. O artigo “Plano Puebla-Panamá: a nova recolonização” de Braulio Moro denuncia o denominado “plano PPP”, que formulado pelo governo dos EUA e pelo Banco Mundial e utilizando-se de grandes capitais internacionais pretende impor ao povo do México e de sete países centro-americanos, a visão muito peculiar dos EUA do que seria um “projeto de desenvolvimento sustentável e integral”.

Apresentamos também o artigo “Fórum Social Mundial 2003: a esperança que surge do medo”, escrito por estudantes bolsistas e colaboradores do PROEALC, que analisa a terceira edição do Fórum Social Mundial (FSM), ocorrida em Porto Alegre entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003 e demonstra como este foi um evento importante para que a esquerda, pudesse “pensar e repensar o mundo, com seus problemas atuais, sem se prender demasiadamente ao seu repertório teórico tradicional” em um ambiente “que lhe desse a segurança de estar em casa, no meio de pessoas que lhe inspiravam confiança”.

Esperamos que grandes encontros como esse garantam aos movimentos sociais de toda a América Latina a clareza necessária para que comecemos a empreender uma luta sem tréguas ao imperialismo e ao neoliberalismo, e também à sua expressão máxima, que se denomina ALCA. Sem esta luta, a América Latina perderá uma oportunidade histórica de começar a trilhar um caminho de desenvolvimento soberano e passará - de uma vez por todas e talvez definitivamente - a ser uma mera colônia yankee. Se isso ocorrer, serão definitivamente enterradas as esperanças dos povos do continente de igualdade, justiça social, soberania e uma verdadeira democracia.

Silene de Moraes Freire e Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

Em Foco I

Plano Puebla-Panamá: a nova recolonização

Braulio Moro, para o Diplô*

Riachos indomáveis continuam correndo em volta das montanhas do Estado de Guerrero, no México, onde o canto dos pássaros em liberdade enchem de esperança populações eternamente reprimidas. Foi nessas terras rebeldes dos frijoles (feijão) e da tortilla (tortas de milho) que, no dia 13 de novembro de 2001, convocando à resistência, o Conselho Indígena Popular Ricardo Flores Magon lançou um grito: “Este péssimo governo tem um plano chamado Puebla-Panamá, para que os ricos do mundo se tornem ainda mais ricos; querem atravessar nossas terras e acabar com nossas plantas medicinais, com os animais de nossas florestas, semeando eucaliptos que vão sugar toda a vitamina da mãe-Terra.”

A existência do Plano Puebla-Panamá (PPP) fora revelada alguns meses antes, no dia 12 de fevereiro de 2001, pelo presidente Vicente Fox. Agindo como preposto regional do governo dos Estados Unidos, ele o lançaria oficialmente nos dias 26 e 27 de junho de 2002, por ocasião de uma reunião com os presidentes centro-americanos e funcionários do Banco Mundial.

Baseado num investimento que se diz ser da ordem de US\$ 10 a US\$ 12 bilhões (e até de US\$ 25 bilhões), esse plano é apresentado como um “projeto de desenvolvimento sustentável e integral” destinado a uma zona que abrange nove Estados mexicanos (Puebla, Campeche, Guerrero, Oaxaca, Tabasco, Veracruz, Quintana Roo, Yucatán e Chiapas) e sete países da América central (Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá). No total, envolve uma população de 65 milhões de habitantes (28 milhões de mexicanos e 37 milhões de centro-americanos), 78% dos quais vivem na pobreza (60% na pobreza absoluta).

Mobilização contra o PPP

Paralelamente à “modernização dos métodos de produção e de consumo”, um “canal seco” (feixe de auto-estradas e de vias férreas) - com uma extensão de 288 quilômetros ao longo do istmo de Tehuantepec (do golfo do México ao oceano Pacífico), oleodutos e gasodutos, estradas, portos, aeroportos, 25 barragens hidrelétricas, um sistema de integração energética e a implantação de fábricas maquiadoras - provocaria mudanças que permitiriam à região “valorizar seu potencial e suas características para se tornar um pólo de desenvolvimento de ‘categoria mundial’”. E para tirar as populações de sua marginalização.

Entretanto, em Chiapas, alguns dias após a divulgação oficial deste grande projeto, o sub-comandante Marcos, um dos dirigentes do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), reagiu: “Nós queremos a autonomia indígena e nós a teremos. Não admitimos nenhum projeto nem plano que ignore nossas vontades; nem o Plano Puebla-Panamá nem o grande projeto transoceânico, nem nada que signifique a venda ou a destruição da Casa dos índios, que - não se deve esquecer - pertence à Casa de todos os mexicanos.”

Como resposta, centenas de organizações se reuniram, a partir de então, em Tapachula (Chiapas, março de 2001), em Xelajú (Guatemala, novembro de 2001) e em Manágua (Nicarágua, em julho de 2002) - para citar somente os encontros mais importantes - com o objetivo de se opor àquele plano.

Washington de olho no petróleo

Pode parecer surpreendente que as pessoas rejeitem um projeto que pretende “tirá-las da pobreza”. Não foi justamente essa miséria uma das razões que levaram à insurreição zapatista de janeiro de 1994? Não foi uma das causas - denunciada milhares de vezes - dos conflitos que, durante todo o século 20, e particularmente durante suas últimas três décadas, ensangüentaram El Salvador, a Nicarágua e a Guatemala?

Para compreender os milhares de pessoas mobilizadas já há quase dois anos contra o Plano Puebla-Panamá (PPP) é preciso lembrar que, desde o projeto da Aliança para o Progresso, promovido pelos Estados Unidos no início da década de 60, dezenas de planos oficiais se propuseram resolver o flagelo do subdesenvolvimento. Apesar disso, o número de pobres não parou de aumentar, tanto nessa região quanto no

resto da América Latina. Além disso, o PPP se insere “no âmbito dos tratados de livre comércio que buscam exclusivamente (...) reforçar a economia capitalista sem qualquer preocupação social ou ecológica”.

A região constitui um atrativo de primeiríssima importância, considerando-se sua localização estratégica e seus recursos: dois oceanos, extensas costas, uma grande variedade de solos, vastas florestas, uma rica biodiversidade, enorme quantidade de água, jazidas de minério e hidrocarbonetos.

Só a parte mexicana do PPP contém 65% das reservas petrolíferas do país (nono produtor mundial) e fornece 94% da atual produção, bem como 54% do gás. Portanto, essa região é da maior importância para Washington, que não pára de pregar a integração energética do México e prevê um aumento de suas importações de petróleo nos próximos anos. Ao sul do Panamá, faz fronteira com a Venezuela e a Colômbia, cujos oleodutos e gasodutos poderiam ser interconectados, através da América central e do México, com os Estados Unidos.

Abrindo caminho para a Alca

O istmo não figura entre as principais regiões de produção petrolífera, mas o governo guatemalteco, desde dezembro de 1996, abriu aos investimentos estrangeiros suas reservas de 526 milhões de barris (algumas estimativas falam em 1,4 bilhão), essencialmente nas florestas do Petén. Mencionam-se também jazidas de minério ainda não exploradas na costa do Atlântico (na Moskitia) e do Pacífico da Nicarágua; e a presença, confirmada, de jazidas em Honduras (também na Moskitia).

Devido à super-exploração em proveito da agro-business, a escassez de água no planeta tornou-se um problema da maior importância. Ora, devido à sua localização tropical entre os oceanos Atlântico e Pacífico, os países centro-americanos e os Estados de Tabasco, Campeche e Chiapas, no México, têm um alto índice pluviométrico.

Finalmente, nos 1.023.000 quilômetros quadrados da zona englobada pelo plano existem milhares de espécies animais (mamíferos, répteis, anfíbios, pássaros) e, principalmente, mais de 16 mil variedades de espécies silvestres e uma rica diversidade de fontes biogenéticas. E também um enorme contingente de mão-de-obra massacrada pela pobreza.

Na verdade, o PPP prepara o caminho para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que, instigada pelos Estados Unidos deveria “integrar” num mercado único todos os países do continente (com exceção de Cuba) a partir de Enquanto o presidente Vicente Fox se atribui a paternidade do plano, inúmeras fontes demonstram que ele foi concebido em outro lugar. O professor de economia Andrés Barreda, da Universidade do México (Unam), identificou inúmeros documentos e projetos elaborados na América Central e no México - mas também por think tanks norte-americanos, que serviram à sua elaboração.

Privatizar as terras indígenas

Desde 1993, o Corredor Biológico Meso-americano (CBM), sob o pretexto de criar uma reserva natural ligando trinta ecossistemas, do Chiapas ao Panamá, tem servido para fazer o levantamento dos recursos biogenéticos da região visando à sua exploração industrial; há também o projeto Mundo Maia: sob um verniz de proteção cultural e ecológica, incorpora numa lógica de mercado - bancos genéticos, exploração de plantas exóticas, plantações, turismo etc - os costumes da floresta. Na mesma lógica, o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano 1995-2000, do presidente mexicano Ernesto Zedillo, os precedera alguns anos antes.

Cada um desses textos ou programas antecipou diversas propostas posteriormente incorporadas ao PPP, como a privatização dos recursos biogenéticos, as zonas de instalação de maquiadoras e os projetos hidrelétricos.

Além disso, o Banco Mundial, o BID e organizações como a International Cooperative Biodiversity Group (IGBG) - um consórcio norte-americano criado, em 1992, para efetuar pesquisas sobre a biodiversidade - financiam diversos programas. O IGBG exige a participação das empresas privadas nos projetos que supervisiona e associa a seus trabalhos a indústria farmacêutica, com o objetivo de patentear seres vivos.

Outra organização conhecida por sua vontade de conseguir a privatização das reservas naturais, a Conservation International, opera - de maneira bastante oportuna - na Reserva Integral da Biosfera de Montes Azules, na região de Chiapas (ler, nesta edição, o artigo “Guerra dissimulada”, de Hermann Bellinghausen).

Financiada, entre outras empresas, pela United Airlines, Walt Disney, MacDonald's, Exxon e Ford Motor Co., ela faz parte das organizações não governamentais - assim como o World Wild Fund (WWF) - em que se apóia o governo mexicano na campanha que vem fazendo, há dois anos, para expulsar os moradores das comunidades indígenas que vivem no interior da reserva - sob pretexto de serem de sua responsabilidade os suspeitíssimos incêndios de florestas.

De fato, a região é um terreno ideal para a bioprospecção, para projetos de ecoturismo, de exploração de fontes de água doce, de urânio, de madeira, animais selvagens e também, há muito tempo, um local de prospecção petrolífera. Suas comunidades sofrem há anos com a violência de militares, policiais e paramilitares, mas, na sua maioria, não querem partir, apesar das violentas pressões exercidas.

Pólo de comércio norte-americano

Mais de 14 milhões de indígenas - pertencentes a 68 grupos étnicos, com a riqueza de suas línguas, culturas, tradições e conhecimentos milenares - habitam o território compreendido entre as altas terras do Estado de Puebla, no centro do México, e o istmo do Panamá. Porém, apesar das declarações oficiais sobre o "multiculturalismo e a riqueza das tradições das etnias", essas populações rejeitam enfaticamente "este plano de colonização selvagem que destruirá nossa terra, a agricultura familiar, a biodiversidade e os recursos naturais".

Esse modo de desenvolvimento não tem nada a ver com aquele ao que aspiram. Não querem ver suas terras ocupadas por vastas monoculturas de eucalipto (desastrosas para o meio ambiente) e de palmeira africana, por plantas transgênicas de exportação cultivadas em detrimento da segurança alimentar do país. E recusam a privatização das terras, "necessária" à construção de estradas ligando os dois oceanos e "indispensável" para dar segurança aos investidores.

O mega-projeto de canal, a principal dessas vias, deve perfurar o istmo de Tehuantepec - caminho mais curto entre o sul do México e o sudeste dos Estados Unidos - e constituir um pólo de comércio norte-americano com a Ásia. Mas a Nicarágua está também na linha da competição regional em projetos de infra-estrutura previstos para servir de alternativa geoestratégica, pois o canal de Panamá está quase no limite de sua capacidade.

Zona-tampão da emigração

Desnecessário seria dizer que, para atingir seus objetivos - que se baseiam mais na extração maciça de energia e de recursos naturais do que no desenvolvimento -, o PPP deverá expulsar os camponeses das terras cobiçadas pelas multinacionais. Existe a expectativa de que os corredores de maquiadoras atraiam essa mão-de-obra desqualificada que, em troca de um salário de fome, deverá se urbanizar. Quatro mil dessas fábricas montadoras já estão instaladas em território mexicano (a imensa maioria, próximo à fronteira norte-americana). Também abundam na América Central.

Na Cidade do México, Rocío Ruiz, subsecretária encarregada do comércio interior do Ministério da Economia, confirma cinicamente por que as maquiadoras se deverão se instalar em Oaxaca, em Chiapas e no sudeste em geral: "No norte, paga-se de dois a três salários mínimos; por isso, não somos mais competitivos com esse tipo de empresa." Uma visão compartilhada por Jorge Espina, dirigente da Confederação patronal do México (Coparmex) para quem "o futuro [das maquiadoras] está no sudeste: isto resolverá o problema político da região e, além do mais, ali a mão-de-obra é muito barata".

Pretendendo que as empresas aproveitem as potencialidades já previstas no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Alcoa) - abundância de mão de obra, isenções fiscais e segurança para o investidor - a faceta maquiadora do PPP visa igualmente a conter os fluxos humanos, reforçando o papel do México como zona-tampão da emigração para os Estados Unidos. Entre 1995 e 2000, quando mais de 3 milhões de mexicanos tiveram que emigrar para o grande país do Norte em busca de trabalho, o México expulsou mais de 700 mil "sem documentos" centro-americanos que ali procuravam uma possibilidade de sobrevivência ou transitavam pelo território.

Tudo "numa santa paz"...

Por ocasião da apresentação do PPP, Vicente Fox não deixou de ressaltar que é "um chamado para unir esforços em prol de um crescimento ordenado e sustentável, respeitando as formas legítimas de organização das comunidades indígenas". Entretanto, promover este projeto necessariamente implicaria esvaziar de seu

conteúdo a lei sobre os direitos e a cultura indígenas, criada pelos Acordos de San Andrés, firmados no dia 16 de fevereiro de 1996 entre o EZLN e a Comissão de Concórdia e de Pacificação(Cocopa), e posta em prática pelo governo como solução para o conflito de Chiapas.

Nesses acordos, o território era explicitamente reconhecido, bem como a disposição coletiva de recursos naturais (com exceção dos chamados recursos estratégicos: jazidas, petróleo etc.); dispositivos jurídicos permitiriam concretizar a autonomia. No entanto, em 19 de novembro de 1996, o presidente Zedillo recusou-se a endossar o texto, alegando que poderia comprometer a soberania nacional e correria o risco de “balcanizar”o México. Os acordos constituíam, principalmente, um obstáculo à adoção de uma lógica econômica que já antecipava o PPP.

Em dezembro de 2000, um projeto de lei sobre os direitos e a cultura indígena foi apresentado pelo presidente Fox. Após a marcha dos zapatistas sobre a Cidade do México, de 25 de fevereiro a 11 de março de 2001, o Congresso aprovou uma reforma constitucional, mas esvaziou de sua essência o texto original.

Finalmente oficializada em agosto de 2001, mas rejeitada pelo EZLN, a lei não resolveu pacificamente a “guerra de baixa intensidade”que em breve completará nove anos. Respondendo a um jornalista que lhe perguntava: “O conflito do Chiapas e os zapatistas vão se tornar um problema centro-americano por causa da implantação do PPP?”, Fox respondeu: “Não, a questão zapatista já não é mais um problema para o México. Na verdade, não há mais conflito, vivemos em uma santa paz. Nem se coloca o problema de dar mais espaço ou poder aos zapatistas.”

As “Panteras centro-americanas”

É, portanto, sobre a negação dos direitos dos indígenas que poderá ser instaurado o PPP. Prova disso é o projeto da ministra da Reforma Agrária, Maria Teresa Herrera, que prevê “um processo de ‘desincorporação’ de terras comunitárias e sem dono, ou seja, o desmembramento e a privatização das terras” para garantir os contratos firmados com os investidores. É evidente que o plano vai fraturar as tradições coletivas de solidariedade entre comunidades.

Mais ao sul, o PPP também constitui uma ameaça: a exemplo dos Tigres asiáticos, os governos cismaram de fazer de seus países Panteras centro-americanas. Em sua lógica neoliberal, o plano não dá qualquer garantia para a manutenção dos serviços públicos (água, saúde, transportes, eletricidade, previdência social, educação, cultura, audio-visual, habitação...); pelo respeito do princípio de precaução (em matéria de produção de organismos geneticamente modificados); pelo reconhecimento e direito à preservação das atividades agrícolas de subsistência; pela criação de empregos corretamente remunerados, o oposto do modelo oferecido pelas maquiadoras. E em nenhum caso visa a um acordo com as populações interessadas.

Subordinação ao interesse norte-americano

Organizações camponesas e pequenos produtores de café - particularmente prejudicados pela queda da cotação e pela concentração da terra - decidiram organizar um Encontro do Camponês Meso-americano para exigir uma nova reforma agrária, o reconhecimento de suas terras, o direito à livre circulação dos trabalhadores e uma remuneração digna. No dia 12 de outubro de 2002, no contexto de ações coordenadas pela Aliança Social Continental, foram organizadas mobilizações dos Estados Unidos (em vinte cidades, entre as quais Washington e Boston) até o Panamá.

Em El Salvador, quase todos os grandes eixos de estradas foram bloqueados. E, praticamente ao mesmo tempo, militantes guatemaltecos aplicavam uma primeira derrota ao PPP, conseguindo suspender a construção de duas estradas, previstas no projeto, mas ecologicamente prejudiciais.

“A proposta”, afirma Andrés Barreda, “é subordinar a construção da indústria nacional [mexicana] às necessidades da indústria norte-americana; sacrificar a produção de cereais deixando aos Estados Unidos o desenvolvimento da agricultura e a criação de gado; e, ao lhes ceder as florestas do sudeste, organizar infra-estruturas nacionais que atendam ao consumo dos Estados Unidos.” Para esta região do mundo, a exemplo e à simetria de seu aspecto militar, o Plano Colômbia, isto parece muito com uma recolonização...

Braulio Moro é economista e jornalista
Tradução: Celeste Marcondes

Espaço Aberto

Fórum Social Mundial 2003: a esperança que surge do medo

*Livania de Oliveira Conceição**

*Mariana Oliveira Setúbal***

*Matheus Thomaz da Silva****

A terceira edição do Fórum Social Mundial (FSM), ocorrida em Porto Alegre entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003, teve um aspecto histórico particular. A eleição de Luis Inácio Lula da Silva, um representante da classe trabalhadora, e sua ida ao Fórum como Presidente da República – pela primeira vez o FSM recebeu um chefe de Estado como participante na programação oficial -, foram suficientes para imprimir ao 3º Fórum uma singularidade. Lula discursou no Anfiteatro Pôr do Sol e conseguiu desfazer o mal-estar com uma significativa parcela de participantes que criticavam sua ida à Davos para o Fórum Econômico Mundial (Lula foi o único chefe de Estado a comparecer nos dois fóruns). Como se sabe, o FSM surgiu como uma forma de oposição ao Fórum Econômico Mundial, que se reúne anualmente em Davos, na Suíça, constituindo-se como um espaço plural para debates, testemunhos e articulações de entidades contrárias ao neoliberalismo. Com o slogan “Um outro mundo é possível”, que se tornou um símbolo de lutas pela igualdade e soberania dos povos, o evento reuniu importantes intelectuais, políticos e lideranças dos movimentos sociais, como Noam Chomsky, Eduardo Galeano, João Pedro Stedile, Leonardo Boff, Frei Betto, Immanuel Wallerstein, Mario Soares, Michel Löwy, José Luis Fiori, Arundathi Roy, Boaventura Sousa Santos, entre outros.

O encontro deste ano foi marcado por seu gigantismo: cerca de 100 mil participantes de 125 países, mais de 1500 atividades propostas em sua maioria por organizações não-governamentais nacionais e internacionais (em torno de 5500), além de 30 mil jovens acampados no Parque da Harmonia. Esta expressiva quantidade de participantes e atividades foi alvo de críticas por parte de alguns intelectuais, que alegaram ter provocado uma certa dispersão, mas também foi percebida como expressão do fortalecimento do Encontro. As atividades do Fórum se dividiram entre o ginásio Gigantinho, os Armazéns do Cais do Porto e a PUC (Pontífice Universidade Católica), com cinco eixos temáticos: desenvolvimento democrático e sustentável; princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; mídia, cultura e contra-hegemonia; poder político, sociedade civil e democracia; ordem mundial democrática, combate à militarização e promoção da paz. Um dos temas mais debatidos do encontro foi a eminência de uma nova guerra. Ativistas condenaram a posição dos EUA em atacar o Iraque e uma das propostas mais freqüentes, já que este país possui a mais desenvolvida rede de rádios comunitárias do mundo, foi a de engajar a opinião pública norte-americana na luta contra a globalização como uma das possíveis formas de frear o expansionismo dos Estados Unidos. Embora alcancem reconhecidamente pequenas parcelas da população, os meios de comunicação independentes não podem ser menosprezados na contraposição à imprensa convencional. A utilização da imprensa alternativa, como a internet, por exemplo, pode constituir-se em uma ferramenta eficaz na veiculação de informações fora da grande mídia que – de maneira monopolizada – age como porta-voz da economia liberal e das elites privilegiadas.

A marcha de abertura do FSM que reuniu milhares de pessoas ocorreu no primeiro dia do evento, com o lema: “A construção de um outro mundo possível contra a militarização e a guerra”. A forte dimensão antibelicista do encontro foi comentada pelo sociólogo Emir Sader, membro do Conselho Internacional do FSM: sem soluções pacíficas, justas e duradouras para os conflitos mundiais, um outro mundo humano, solidário, não será possível. Sader lembrou que ao praticar política de guerra, George W. Bush deu um norte ao movimento. A luta antineoliberal, foi incorporada a resistência à cabeça política do mundo, os EUA. A discussão acerca da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e suas conseqüências para a América Latina também foi um dos pontos centrais debates. Sua implantação faria de todo o continente latino-americano uma grande colônia Yankee, vide as desigualdades econômicas entre os Estados Unidos e os demais países da região. Durante o fórum foi lançado um abaixo-assinado pedindo ao presidente Lula um plebiscito oficial sobre a ALCA e também sobre a cessão da base militar de Alcântara para uso norte-americano. Outro tema muito discutido foi o massacre que vem sofrendo o povo palestino. Os temas econômicos perderam espaço como a crítica às grandes corporações multinacionais. Em parte isto se deveu à importância atribuída ao Iraque e a posição dos

Estados Unidos como vilão do planeta, mas também em grande medida ao fato dos participantes do evento parecerem ter aprofundado a crença na transformação pela via política sem grandes aprofundamentos da questão econômica. Entretanto, a construção de um mundo plural, solidário, justo e humanista, passa necessariamente pela implementação de reformas de cunho político-econômico-social. Separando-se um destes Três elementos, mudanças reais não são concretizadas e o movimento torna-se fragilizado. Paralelo ao encontro, a visita do presidente venezuelano Hugo Chávez agitou a capital gaúcha e ganhou espaço nos meios de comunicação para um caloroso ato de solidariedade organizado por lideranças de Partidos de esquerda gaúchos. Aclamado como um líder na luta contra o imperialismo, Chávez em seu discurso na Assembléia Legislativa de Porto Alegre declarou: Aqui se está construindo uma alternativa ao selvagem modelo hegemônico que ameaça acabar com a Terra. Se nós não acabarmos com ele, ele acabará conosco.

O Fórum Social contou ainda com uma intensa atividade cultural, com filmes, exposições, apresentações teatrais, shows, etc., difundidos pela cidade de Porto Alegre. O Acampamento Intercontinental, chamado de “Cidade das cidades”, teve vida própria e até movimentos paralelos. Ali estavam jovens de todo o mundo e dentre esses, militantes dos mais variados movimentos sociais. Os alunos da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) tiveram uma boa participação, através da mobilização, conquistaram junto à reitoria o transporte – três ônibus – levando ao fórum cerca de 150 alunos de todos os campi, inclusive os mais afastados do Maracanã. Todo esse contingente jovem poderia ter sido um pouco melhor aproveitado pelos organizadores do FSM, pois, com poucas opções de oficinas e painéis no acampamento e sendo grande parte das atividades oficiais restritas aos delegados, acabou deixar à margem. Ainda assim, a juventude, mesmo um pouco afastada do palco principal, se fez presente e se mostrou disposta a lutar contra aqueles que foram identificados como os grandes vilões: O FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o acirramento da política imperialista de Bush. O III FSM pela primeira vez não produziu um documento final, conforme consta na sua Carta de Princípios. Segundo seus organizadores, a declaração final seria a soma da diversidade presente nas várias propostas que surgiram ao longo do encontro e que foram afixadas no Mural do Fórum. O próximo FSM acontecerá na Índia. Visando, entre outras coisas, uma maior diversidade étnica, o conselho do FSM optou pela mudança temporária para outro continente e pelo fortalecimento dos fóruns temáticos ou regionais. O “movimento dos movimentos” se despede provisoriamente de Porto Alegre (em 2005 o encontro deverá retornar à capital gaúcha), mas sua mensagem de que um outro mundo é possível continuará latente, apesar da dificuldade de vislumbrá-lo.

Conforme observou o filósofo Leandro Konder no Jornal do Brasil de 8/2/03: “vão passando os dias, as semanas, a poeira vai baixando, e a gente se dá conta de que a vitalidade da reunião realizada em Porto Alegre foi, de fato, muito significativa. A esquerda, em sua imensa diversidade interna, estava precisando de um encontro que lhe permitisse pensar e repensar o mundo, com seus problemas atuais, sem se prender demasiadamente ao seu repertório teórico tradicional e, ao mesmo tempo, que lhe desse a segurança de “estar em casa”, no meio de pessoas que lhe inspiravam confiança”.

As soluções, como sabemos, vêm com o tempo; são precedidas pelo mapeamento dos problemas. Acontece, porém, que algumas questões só conseguem ser enxergadas de maneira mais ampla e com maior precisão quando se definem e se efetivam movimentos dispostos a resolvê-las. Prática e teoria se misturam em determinadas zonas que exigem o avanço simultâneo de ambas. Neste contexto, Konder também sinaliza que “para que prevaleça essa “unidade na diversidade”, para que venham a ser cimentadas as bases dos acordos que predominam sobre os desacordos, nada é mais essencial do que estarmos todos em ação. É absolutamente imprescindível que nossas convicções sejam postas em prática, que as nossas escolhas e as nossas decisões se traduzam em iniciativas concretas, em intervenções constantes, efetivas, na permanente mudança que chamamos de história”. Esperamos todos que os participantes do Fórum de Porto Alegre possam ser os arautos desse entendimento.

* Graduada da FSS, Bolsista EIC do PROEALC; **Aluna do PPG da FSS curso de Mestrado, Colaboradora do PROEALC; ***Graduando da FSS, Bolsista de Extensão do PROEALC.

Agenda Acadêmica

* **51o Congresso Internacional de Americanistas** - "Repensando las Américas en los umbrales del siglo XXI". Santiago, Chile, 14-18 Julio 2003. Simpósio: EPS-17 (Estudios Políticos, Sociales y Económicos - EPS. Título: Desarrollo, Democracia y Integración en América Latina. Coordenação Geral: Dra. Silene de Moraes Freire.
Informações no PROEALC.

Expediente

Reitor

Profª Nilcéia Freire

Vice-reitor

Profº Celso Pereira de Sá

Sub-reitor de Graduação

Profº Dr. Isac José Vasconcellos

Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Profª Dra. Maria Andréa Loyola

Sub-reitor de Extensão e Cultura

Profº Dr. André Lázaro

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Profª Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Coordenadora do PROEALC

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Rosane Rezende de Lima (PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção

Aline Silveira de Assis (PROEALC/FSS/UERJ)

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Douglas Ribeiro Barboza (PROEALC/FSS/UERJ)

Colaboradores

Douglas Ribeiro Barboza (PROEALC/FSS/UERJ)

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)